

IMPORTÂNCIA DA LINGUAGEM COMO FATOR IDENTITÁRIO

Juliana da Silva Gomes (UENF)

julianajuridico10@gmail.com

Carla Barcelos Nogueira Soares (UENF)

carla10soares@gmail.com

Denise Lima Tinoco (UENF)

denisepsicologaclinica@gmail.com

Neuza Maria de Siqueira Nunes (FAMESC)

neuzamsnunes@gmail.com

Maria Margarete Salvate Brasil (FAMESC)

margarete_sb@yahoo.com.br

RESUMO

A Linguística Aplicada é uma ciência que analisa a língua em seu processo de movimento, a sua dinamicidade, a língua em funcionamento. A discussão sobre a construção social da linguagem encontra suas bases, principalmente, sob a perspectiva da linguística, cujas abordagens teóricas reforçam que a língua está relacionada a uma gama de relações sociais e que é construída por atores tendo em vista o contexto social e as relações em que estão enraizadas. Dada a importância das perspectivas sociológicas na análise da linguagem, observa-se que a família e a escola participam essencialmente desse cenário, pois têm o papel de mediar as experiências vividas pelas crianças e jovens em seu processo de desenvolvimento, no sentido de proporcionar vivências no contexto cultural da língua, a partir do idioma de sua comunidade. Nessa perspectiva, reconhece-se que há uma relação intrínseca entre língua, identidade e cultura. O objetivo do trabalho é abordar a importância da linguagem como fator identitário. O método utilizado está embasado no estudo qualitativo tomando por base as pesquisas bibliográficas. Conclui-se que a linguagem é utilizada nas interações comunicativas e pode ser entendida como um produto cultural e histórico. Entende-se que não há cultura sem língua e que a identidade é construída por meio desta e da cultura.

Palavras-chave:

Cultura. Identidade. Linguagem.

ABSTRACT

Applied Linguistics is a science that analyzes language in its movement process, its dynamism, language in operation. The discussion on the social construction of language finds its bases, mainly, under the perspective of linguistics, whose theoretical approaches reinforce that language is related to a range of social relations and that it is constructed by actors in view of the social context and relationships in which they are rooted. Given the importance of sociological perspectives in language analysis, it is observed that the family and the school essentially participate in this scenario, as they have the role of mediating the experiences lived by children and young people in their development process, in the

sense of providing experiences in the cultural context of the language, based on the language of their community. From this perspective, it is recognized that there is an intrinsic relationship between language, identity and culture. The objective of this work is to address the importance of language as an identity factor. The method used is based on a qualitative study based on bibliographic research. It is concluded that language is used in communicative interactions and can be understood as a cultural and historical product. It is understood that there is no culture without language and that identity is constructed through language and culture.

Keywords:

Culture. Identity. Language

1. Introdução

O espaço escolar é um ambiente marcado por uma grande diversidade. Vê-se que a escola, como instituição que forma mentes, deve reconhecer a juventude com suas inquietações e desejos, oferecendo a esses sujeitos o direito à voz e, conseqüentemente, à vez, isto é, oportunidade para se manifestar. Para tanto, a linguagem é fator determinante na prática do protagonismo juvenil, que é definido por Costa e Vieira (2006) como um processo, uma conquista gradual cuja prática pode ser exercitada por todos os jovens.

Ainda, segundo os autores, o sucesso desse processo está na mediação dos educadores, na condição de “ponte” (Cf. COSTA; VIEIRA, 2006) para o jovem transitar. Assim, o reconhecimento de sua linguagem identitária tem papel fundamental para que esse indivíduo avance em direção à construção da sua autonomia.

A juventude, de maneira especial, é vista, via de regra, em seu cotidiano social como carregada de significados negativos, prevalecendo o rótulo de geradora de problemas. Fato que gera conseqüências em suas relações com as diversas instituições sociais com as quais interage, tais como família, escola etc. Esse estado de coisas colabora para elucidar a existência e a prevalência de uma visão eminentemente regressiva sobre os jovens (Cf. ESTEVES; ABRAMOVAY, 2007).

O que se verifica é que há um profundo distanciamento entre o jovem brasileiro e a escola que lhes é oferecida, por certo, graves questões decorrentes de um mundo em transformações profundas. Vê-se, então, o baixo nível de letramento entre os alfabetizados, as precariedades socio-culturais, o alto índice de jovens desassistidos entre outras mazelas. O que se percebe é uma grande lacuna entre o perfil desses sujeitos e as práticas educacionais vigentes, embora algumas discussões teóricas, neste aspecto,

tenham tido grandes avanços, porém, na prática, prossegue lentamente frente à urgência que o quadro requer.

Contudo, apesar do vigor das marcas negativas, alcançadas pelas generalizações analíticas consolidadas pela sociedade, esses indivíduos são dotados de capacidade de suficientes para desenvolver estratégias como resposta às práticas pedagógicas vigentes. O que se verifica é a necessidade de valorização da cultura desses indivíduos. É importante ressaltar que esses jovens estão longe de se encaixar nos estereótipos criados, ou representações que lhes são atribuídas, pelo simples fato de sua inscrição social.

A partir de uma análise das perspectivas sociológicas considera que, para além da existência de um *habitus* de classe dominante, há de se levar em consideração as singularidades dos sujeitos sociais e a maneira como cada um vive esses constrangimentos do sistema ao estabelecer relações consigo mesmo, com o outro e com o mundo (Cf. CHARLOT, 2000). Nas palavras de Gusmão (1999), evidencia-se que as relações sociais ao serem vividas imprimem, ao olhar e à percepção de cada um dos seres humanos, esquemas de valores que norteiam as ações e atitudes de uns sobre os outros. Entretanto, entre a percepção e a ação, incorre a mediação do contexto histórico e circunstante, estabelecendo significados consoantes à vida vivida e ao que se acredita fazer parte dela.

Na atualidade o tema é inerente aos desejos da sociedade do século XX: dar vez e voz às classes menos favorecidas economicamente. Não se trata de desprezar as desigualdades sociais reproduzidas e legitimadas pela escola, mas considerar que não há um determinismo. Assim, muito embora alunos de classes favorecidas apresentem maior facilidade em lidar com os saberes apresentados na escola que são mais ou menos comuns ao seu cotidiano, há casos de alunos provenientes de classes desfavorecidas que alcançam o sucesso escolar. Por esse motivo, não se pode atribuir apenas às desigualdades as origens, mas o modo como acontecem as relações com o saber.

Ademais, é importante reconhecer o papel das instituições de ensino, enquanto mentora do conhecimento, no sentido de identificar as habilidades e, ao mesmo tempo, as dificuldades inerentes a cada indivíduo, para que todos se insiram no processo de construção da própria autonomia e construção do saber.

Nessa direção, Tognetta e Vinha (2008) consideram como uma das formas de violência no espaço escolar contemporâneo a dita violência DA

escola (a outra é violência NA escola). A primeira tem origem no exercício pedagógico de práticas obsoletas nas quais os conteúdos, métodos ultrapassados que se somam, em segunda instância, à condição de passividade do aluno; a ele não é dado o direito à voz, à participação efetiva no processo ensino-aprendizagem.

Fato que evidencia um certo distanciamento que, por certo, desestimula e desconstrói a proposta de uma educação que acolhe, que ressignifica e que propõe avanços significativos na vida dos jovens. Dessa forma, uma prática educativa em que o educando é envolvido em ações educacionais que para ele tem sentido, converge com sua realidade, certamente, trará bons resultados.

Para Bauman (2007), em tempos de uma Modernidade Líquida, em que “tudo que é sólido e se desmancha no ar” é de se perceber que é preciso encontrar novas formas para se compartilhar o saber, de envolver a vidas crianças e jovens para um conhecimento que faça sentido em suas vidas. “Não há mais lugar para um saber fossilizado cujo valor os alunos só vão reconhecer no futuro” é o que afirma Fonseca (2015, p. 26), compartilhando as ideias de Bauman.

Tal fato, justifica, então, o reconhecimento da identidade desses sujeitos, para que encontrem o caminho decisivo rumo à formação de jovens autônomos, comprometidos e ativos. Então, é importante reafirmar o estímulo ao protagonismo juvenil, evidenciando, assim, a necessidade de práticas inovadoras em que os estudantes possam atuar como membros ativos na construção dos saberes, distanciando-se da posição passiva como meros beneficiários e receptores das práticas docentes.

Ademais, considerando como um dos objetivos básicos da educação a promoção da cidadania calcada em valores morais autônomos, embasada nos princípios democráticos da justiça, da igualdade, da equidade e da participação ativa dos membros na sociedade, põe em foco alguns parâmetros para o enfrentamento das diferenças vigentes no espaço escolar. Um deles é a relação hierárquica entre professor e aluno. No âmbito educacional, é imprescindível que a igualdade e a equidade sejam compreendidas como complementares.

Parte-se, assim, em primeiro lugar, da assimetria dos papéis entre estudantes e docentes no sentido de se entender sua diferenciação natural a partir da equidade. Aos docentes, são atribuídos papéis diferenciados dentro da escola, por seus conhecimentos adquiridos e sua experiência. A estes cabe a função de direcionar o cumprimento das regras e normas

sociais. Entretanto, esses poderes não lhes garantem o direito de agir de maneira injusta com seus alunos (Cf. ARAÚJO, 2002).

Reconhece-se, portanto, a necessidade de haver um equilíbrio entre os pares envolvidos, numa relação dialógica que prevê a mediação de adultos e educandos de forma a se criar espaços de cenas sociais, de partilha e de compreensão. Segundo o mesmo autor, embora haja certa assimetria natural nas relações adulto-criança na escola, é papel da escola conseguir um bom equilíbrio entre a assimetria funcional e a simetria democrática, para que os estudantes sejam preparados para uma convivênciademocrática da sociedade adulta. Tudo isso através de práticas pedagógicas que contemplem e respeitem os princípios e valores da democracia (Cf. ARAÚJO, 2002).

O autor ressalta ainda que, para se atingir a democracia e a cidadania na escola, há de se promover uma reorganização dos espaços, dos tempos, dos conteúdos e das relações interpessoais dentro das instituições escolares. Ele reafirma não ser possível construir a cidadania a partir de relações autoritárias e com base em métodos que privilegiem apenas a transmissão e reprodução do conhecimento. No entanto, deixa claro que essa construção se baseia no sujeito ativo, que participa de forma reflexiva e intensa das aulas. Um sujeito que dialoga com seus pares, com os professores e com a realidade que o cerca.

2. *Linguagem como fator identitário*

Este trabalho contará com suporte teórico que tem como base a Linguística Aplicada e a Sociologia da educação. Inicialmente, é pertinente uma explanação sobre a importância da linguagem e, a seguir, algumas considerações da linguagem como fator identitário.

A Linguística Aplicada serve de parâmetro para analisar a comunicação e interação na rotina escolar. Assim, é importante que o educador esteja sempre em alerta em relação à função da fala no processo ensino-aprendizagem.

É possível reconhecer, então, a importância do professor entender o processo de aquisição da linguagem e sua importância para as habilidades de comunicação, interação e aprendizagem. Assim, entende-se que a linguagem é uma função mental elevada, que dá condições ao indivíduo de captar informações do meio ambiente através de canais sensoriais e, a seguir, a pessoa processa esses estímulos advindos das diferentes áreas

cerebrais (Cf. DELIBERATO, 2014).

Admite-se, então, que o ser humano organiza seu pensamento através da percepção, integração e organização da informação recebida do meio ambiente, por meio de um sistema linguístico que está totalmente relacionado à língua da comunidade na qual o indivíduo está inserido.

Para Deliberato (2014, p. 301), “a fala ou linguagem oral é a habilidade mais utilizada e esperada no desenvolvimento da criança, quando se pensa nas habilidades de comunicação no contexto da modalidade oral”. É notório que é através dela que a criança emite, por meio de várias funções, seu pensamento e suas ideias com intencionalidade.

Em Saussure (2006, p. 16) comprova-se que “a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro. (...)”. Nesse sentido, a construção social de nossos jovens se revela em sua própria linguagem.

Nessa perspectiva, reconhece-se que há uma relação intrínseca entre língua, identidade e cultura. Entende-se que não há cultura sem língua e que a identidade é construída por meio desta e da cultura. Assim, é possível reconhecer que

Há um vaivém contínuo entre as palavras e as coisas, entre elas e as significações, de tal modo que a realidade (as coisas, os fatos, as pessoas, as instituições sociais, políticas, culturais), o pensamento (as ideias ou conceitos como significações) e a linguagem (as palavras, os significantes) são inseparáveis, suscitam uns aos outros, referem-se uns aos outros e interpretam-se uns aos outros. (CHAUÍ, 2006, p. 156)

Ainda, segundo Mesquita e Coelho (2013), o indivíduo, por si só, não concebe uma língua, ele apenas utiliza desse bem que é social. A língua é a manifestação de uma cultura, entretanto, ela necessita de uma cultura que lhe dê arrimo, ao mesmo tempo que ela se faz suporte para uma cultura.

Dessa forma, compreende-se que a construção identitária do indivíduo está em constante processo de construção, já que este vê-se inserido em uma sociedade como ser social, com necessidades enormes de interagir com a realidade a sua volta. Então, tanto a língua, quanto a cultura e a identidade fazem parte do processo de constituição do indivíduo enquanto sujeito.

Ressalta-se, por conseguinte, que a cultura se estabelece e se acresce através da língua e que é, também por intermédio dela, que o

processo identificação do sujeito se concretiza. Posto isso, percebe-se que a língua perpassa pela cultura e se fortalece na constituição identitária de um povo, pois não há cultura sem língua.

Essa complexidade evidencia o redirecionamento do discurso pedagógico, a fim de que este reconheça a pluralidade e aponte a necessidade de se educar aceitando o outro em sua alteridade. Destarte, a visão do outro deve ser pensada como possibilidade não como a de alguém secundário em uma relação.

Em Serejo (2014), verifica-se que há diversos tipos de identidade: a cultural, a social, étnica, política etc. e que essas variadas identidades compõem os elementos que determinam cada lugar, tempo e sociedades. Assim, cada indivíduo é o reflexo do meio cultural e social do qual pertence e por isso se diferencia dos demais, porque apresenta língua, maneira de vestir, gostos próprios, entretanto essas identidades são estáveis, podendo sofrer mudanças ao longo do tempo. Então, ainda segundo a autora, a identidade pode ser conceituada como um conjunto de fatores que identifica um indivíduo, um grupo ou uma sociedade.

Apesar da forte influência do coletivo, cada indivíduo detém suas próprias características.

As identidades possuem características individuais e coletivas, isto é, através de influências recebidas no convívio coletivo, cada indivíduo passa a agir conforme o que é colocado, transmitido, vivenciado cotidianamente, desde o seu nascimento. Porém, existem características próprias da personalidade de cada pessoa que, mesmo tendo recebido outras influências, acaba criando uma visão de mundo própria, podendo até mesmo se distanciar do que foi ensinado durante seu crescimento. (SEREJO, 2014, p. 57)

Na perspectiva dessas considerações, a educação não emerge de forma isolada e nem se dá aleatoriamente. Ela integra valores constituídos nas relações sociais. Nesse contexto, educar se configura numa interação entre sujeitos, da entrega à própria experiência educativa, da lógica do acontecimento, que não é captável pela lógica dos conceitos. Através da mediação da ação pedagógica, a relação de reciprocidade entre sujeito e sociedade se torna possível. Assim, vê-se que a educação se dá pela interação, que abre possibilidades para a imprevisão e para o novo, pois estimula a liberdade e a criatividade e pressupõe a formação integral do homem, de sua capacidade física, intelectual e moral, visando não só à formação de habilidades, mas também do caráter e da personalidade social.

3. Considerações finais

Conclui-se, então, que quando uma pessoa vem ao mundo a linguagem já existe, pronta para ser usada, daí seu caráter social. Ela é utilizada a todo momento nas interações comunicativas. Ela pode ser entendida como um produto cultural e histórico.

Por isso, a linguagem é fundamental para a compreensão da identidade de um povo num determinado contexto social. Isso representa que ela é parte integrante da cultura de um povo. Assim sendo, entende-se que não existe cultura sem língua e que a identidade é estabelecida por meio desta e da cultura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; ESTEVES, Gil. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: _____. *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade*. Organização de Miriam Abramovay, Eliane Ribeiro Andrade, Luiz Carlos Gil, Esteves. Brasília: Ministério da educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje*. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

COSTA, Antonio Carlos Gomes; VIEIRA, Maria Adenil. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo: FTD; Salvador, BA: Fundação Odebrecht, 2006.

DELIBERATO, Débora. Linguagem, interação e comunicação: competências para o desenvolvimento da criança com deficiência não oralizada. In: NUNES, L. R. O. P.; SCHIRMER, C. R. (Orgs). *Salas abertas: formação de professores e práticas pedagógicas em comunicação alternativa e ampliada nas salas de recurso multifuncionais* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. p. 299-310

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. *Caderno Pesquisa*, n. 107, São Paulo, jul., 1999.

TOGNETTA, Luciene; VINHA, Telma. *Quando a escola é democrática – um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2008.